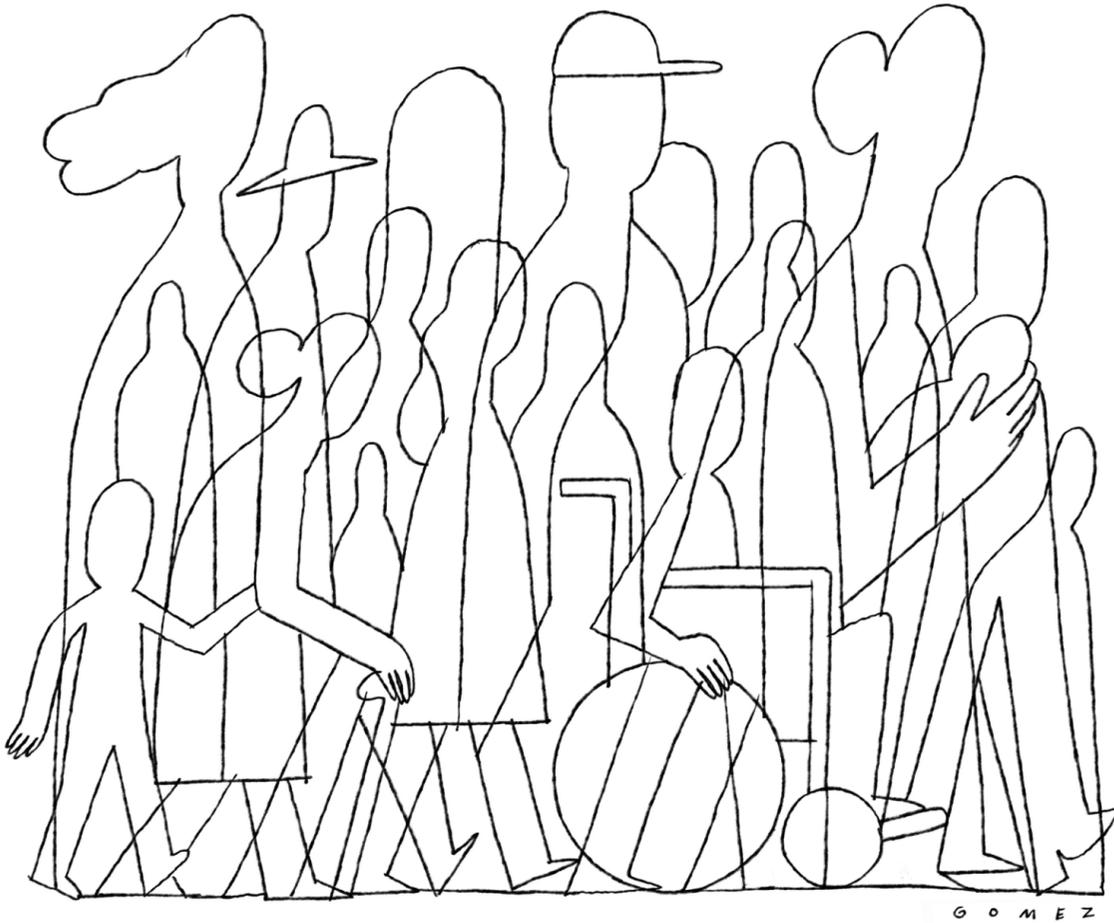


A saúde e as Santas Casas



G O M E Z

» RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA
Advogado, Integra a Mesa da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

Reli o livro-pesquisa do padre italiano Antonio Puca, da ordem de São Camilo, *As Santas Casas de Misericórdia de Florença a São Paulo, a epopeia da caridade*. Surpreendeu o padre Puca a fundação da Santa Casa de Olinda e logo depois de Santos, Salvador e São Paulo. Misericórdia deriva do latim *miseris codare*. E os miseráveis são as pessoas que de um modo ou de outro encontram-se em necessidade. As mais recentes pesquisas identificam as raízes das misericórdias nas primeiras sociedades romanas que tinham inspiração religiosa na manifestação civil.

Na busca das origens das Santas Casas, o autor foca Florença e Lisboa, onde encontra as raízes da irmandade fundada por São Pedro Martir, em 1244, e a fundada pela rainha Leonor de Lancastre, em 1498, em Lisboa. Destaque para as dificuldades financeiras cíclicas permanentes de todas elas. As causas são coincidentes: maiores responsabilidades e menores aportes financeiros. A Misericórdia de Lisboa (1851) passou por grave crise financeira e diversas medidas foram implantadas. Em síntese, “mais rigor no controle das despesas e na fiscalização das obras; e prestação de contas ao governo”.

Simultaneamente, em face da aplicação das

leis de desamortização, a Misericórdia de Lisboa viu-se obrigada a vender parte significativa dos bens imobiliários e aplicar o produto da venda em títulos do Tesouro. Vítimas de falta de interesse crônica para com a saúde pública, elas sobrevivem graças aos esforços daqueles que trabalham nelas e ao trabalho voluntário de membros das comunidades locais. Seus dirigentes tentam conciliar as diferenças entre o alto custo da medicina moderna e os pagamentos simbólicos frequentemente atrasados, buscando renda atendendo clientes privados e economizando com sua própria produção de alguns remédios, alimentos, caixões e outros bens.

Muitas vezes, o provedor deve lutar, incansavelmente, com as autoridades, para conseguir o pagamento de impostos devidos a seus hospitais. As Misericórdias costumavam receber doações, sendo incluídas em testamentos privados, uma tradição que praticamente desapareceu com a instituição de planos de saúde oficiais e privados.

No Brasil, nem todas as realidades atingem o mesmo padrão, mesmo por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), do qual depende a maior parcela de recursos para sua gestão. Compreende-se que as Santas Casas de um estado ou as

das periferias são penalizadas em relação às existentes nos grandes centros urbanos. Daí, a urgente necessidade de uma profunda reforma na direção da subsidiariedade. Os milhares de Santas Casas de Misericórdia brasileira somam dois terços dos leitos hospitalares no país. Elas também têm servido para o ensino médico.

O relevante papel dos hospitais filantrópicos sinaliza as urgentes e inadiáveis providências que precisam ser tomadas pelo poder público: renegociação de suas dívidas, reposição parcial ou total das dívidas das perdas acumuladas, revisão e adequação da tabela do SUS e oferta de linhas favorecidas.

É cada vez mais urgente a revisão das políticas públicas da saúde para evitar a repetição da crise que o Conselho Federal de Medicina chamou de “mais um episódio dramático na história da saúde pública brasileira”. Crise que pode se agravar com a pressão dos milhares de pacientes que estão abandonando os planos de saúde em razão dos custos e da crise econômico-financeira conjuntural e queda da qualidade de atendimento particular, e que engrossou as filas das portas estreitas da rede pública de saúde. “A humanidade é a base e o fundamento de todas as virtudes e sem ela não há nenhuma que o seja” (Miguel de Cervantes).

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O avanço da poeira

Marchamos a passos acelerados, movidos por cega ganância, por um caminho que, inevitavelmente, nos conduzirá a um novo e vazio Planalto Central. Tomado pela aridez do deserto, esse imenso território, varrido por ventos escaldantes e pela poeira fina, está, agora, todo coberto com o farrapo branco da morte. O horizonte em volta daquela região central do país — que, um dia, foi o berçário das águas e da vida — está irreconhecível. Assim, como a outrora moderna e pujante capital do país, cercada e inviabilizada pelo deserto que avança intrépido por ruas, avenidas e monumentos, cobrindo tudo com o pó fino das areias.

Entre julho e setembro, o céu se fecha com a cortina espessa e escura das nuvens de poeira que, aos poucos, soterram Brasília e o Entorno. Tal como um coveiro lança terra sobre os mortos, a natureza indiferente vai sepultando tudo em volta, cobrando seu preço por décadas de destruição dos campos cerrados.

Eis um vaticínio certo e seguro que mostra como será, em curto espaço de tempo, o Centro-Oeste do Brasil, caso prossigam na mesma rota suicida, substituindo a vegetação local por monoculturas transgênicas, implantadas em imensos latifúndios e destinadas à exportação e ao lucro de poucos. O cerrado, como tem alertado os ecologistas e cientistas do meio ambiente, está agonizando à vista de todos, por conta do agronegócio e da expansão desenfreada da monocultura.

Somente o setor agropecuário, que coloca o Brasil como o país com o maior rebanho bovino do planeta, tomou conta de mais de 45% de toda a área do bioma cerrado. É o lucro feito a qualquer custo e que tem sido denunciado aqui neste mesmo espaço, para a contrariedade daqueles que acreditam ser possível lucrar com a destruição irreversível. O cerrado, como tem alertado a doutora em antropologia social e assessora do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP), Raissa Pina, está pedindo socorro e exigindo medidas urgentes para conter o desmatamento, sobretudo, às vésperas das eleições gerais, quando esse importante tema deverá ser incluído, ou pelo menos citado, nos diversos programas de governo dos candidatos. Por enquanto, o delicado tema, por se tratar de um setor com grande poder de lobby e com uma expressiva bancada no Congresso, ainda não veio à tona.

Falar de forma negativa do agrobusiness, quer apresentando verdades incontestes, quer elencando seus efeitos deletérios, mesmo em se tratando de um setor superavitário e incensado pelos políticos, desperta paixões e, não raro, termina em confusão e pressões indesejáveis. É sem dúvidas, um assunto delicado, mas não deve ser evitado, sob pena de comprometermos, severamente, o futuro das próximas gerações de brasileiros, que colherão os frutos amargos de ações impensadas e baseadas apenas na ideia de lucro imediato.

Atrás do processo dinâmico do desmatamento vem o agrobusiness, de olho na expansão insana da produção. Quem por acaso duvidar desse processo de destruição acelerada, basta verificar o que mostram os números e dados fornecidos pelos cientistas que monitoram esse território. Raissa Pina chama a atenção para o fato de que os desmatamentos legais são irregulares e trazem enormes prejuízos a todo o bioma. A controversa política de Estado, com base no desmatamento em favor do aumento de produção do agrobusiness, só faz legalizar uma atividade que vem destruindo, sistematicamente, o cerrado. Essa história de que o agrobusiness preserva não passa de propaganda falsa, feita para ludir consumidores, principalmente, da Europa, onde aumentam os embargos a produtos fruto de destruição do meio ambiente.

Cada avanço das fronteiras agrícolas e aumento de produção, sempre anunciados com estardalhaço, cresce, em maior proporção, a destruição do meio ambiente, a expulsão dos povos autóctones, a decadência da agricultura familiar e da produção de grãos saudáveis. Para se ter uma ideia do avanço do agrobusiness no cerrado, apenas entre 2010 e 2020, o bioma perdeu mais de 6 milhões de hectares de vegetação nativa, lembra a pesquisadora. Não se trata de uma área qualquer, uma vez que o cerrado ocupa quase um quarto do território nacional e responde sozinho por mais de 5% de toda a biodiversidade do planeta. O desaparecimento desse delicado bioma trará impactos profundos ao planeta. Como dizia, com muita propriedade, o pensador austríaco Karl Kraus: “O progresso é o avanço inevitável da poeira”.

Dia Internacional da Paz

» SEBASTIÃO RINALDI

Jornalista, professor de português como língua de acolhimento (Plac) no Instituto Adus e mestrando em educação e ciências sociais pela Feusp

Há exatamente quatro décadas, o mundo comemora o Dia Internacional da Paz (21 de setembro), instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), como parte de sua Assembleia Geral. É um momento não apenas de cessar fogo ou erguer uma bandeira branca: de acordo com a própria instituição, é a hora de fazer algo efetivo nesse sentido, para que o dia 21 de setembro não seja apenas uma sinalização no calendário ou uma atividade escolar com fim em si mesma.

Seria ingênuo achar que, depois de dois anos de uma crise sanitária das dimensões da pandemia da covid-19, o mundo não se depararia com uma guerra tão avassaladora? Dado o contexto, pode até ser impensável crer na diplomacia, mas o fato é que o conflito entre Rússia e Ucrânia, atualmente na marca do sétimo mês, surpreendeu-me — negativamente, claro. Não pela infeliz tendência do ser humano em guerrear, uma péssima inclinação, aparentemente longe de ser corrigida e, sim, pela prontidão das armas em posição de ataque.

Um ano após a tomada de poder do Afeganistão pelos talibãs, a ONG (Instituto Adus) na qual sou voluntário como professor de português há cinco anos, se vê às voltas com inúmeros solicitantes de acolhida humanitária deste país (de acordo com a nossa lei do migrante — nº 13.445

—, afegãos não se enquadram no perfil de refúgio). Turmas integralmente compostas por esse grupo específico se fazem notar, inclusive, sublinhando uma sazonalidade de nacionalidades, que sobrepõe classes anteriores formadas somente por venezuelanos.

Ao trazer o debate para a data cunhada pela Organização das Nações Unidas (ONU), impõe-se uma pergunta: é, de fato, difícil viver em paz com o vizinho? Exemplos históricos sinalizam uma possibilidade pacífica, como a independência da Índia em relação à Coroa Britânica, reconhecida em 1947 e protagonizada por Mahatma Gandhi e seu método de manifestação não violenta, o Satyagraha. No entanto, pode-se afirmar que o processo em si foi imune a sangue e lágrimas? Basta pensar na tensão remanescente entre Índia e Paquistão — leia-se: o conflito entre hinduístas e muçulmanos —, pesaroso até os dias atuais; ou na emancipação tardia do estado de Goa, à época, colônia lusitana. A cara, muitas vezes, não é tão distante da coroa, com o perdão do trocadilho.

Recentemente, ao ler *Por uma revolução africana* (Cia das Letras), de Frantz Fanon, sobre a conturbada independência argelina da França, marcada por sangrentos embates entre o país europeu e as forças rebeldes — com destaque para a Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLNA)

—, pensei que o modelo de desobediência civil pacífica de Gandhi pode ser posto em xeque aos olhos de muitos. Somente em 1962, a Argélia obteve soberania da metrópole do continente antigo, cujos preceitos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade não eram estendidos às colônias. E isso só ocorreu após muito derramamento de sangue de centenas de milhares de argelinos.

Os combates pautados por violência aconteceram de ambos os lados, e uma das perguntas que alguns estudiosos se fazem é se o mesmo êxito teria sido logrado caso as forças de rebeldia tivessem sido cordiais. Sou da opinião de que a violência nunca é o caminho, a não ser para o desencontro. Ao mesmo tempo, entendo que cada colônia, ao buscar soberania, desenvolveu a própria maneira de libertação, na maioria dos casos, de maneira involuntária ou insurgente. Falamos aqui de um contexto de extrema opressão e de outro momento histórico.

Neste Dia Internacional da Paz, não podemos deixar de lembrar que a Ucrânia existe, da mesma forma que Argélia, Afeganistão, Índia e outros países com conflitos no passado ou no presente devem ser levados em consideração, com simétrica compaixão e atenção dedicada. Uma realização seria se, assim como fez com Gilberto Gil, a paz invadisse mentes e corações coletivamente.

» A frase que foi pronunciada

“Nem tudo o que é torto é errado. Veja as pernas do Garrincha e as árvores do cerrado.”

Nicolas Behr

Emboulos

» Uma faixa na igreja universal afirmando apoio, postagem nas redes sociais e milhares de visualizações. O candidato pelo PSol teve essa ideia para angariar mais eleitores. O caso foi parar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma vez que a instituição negou, veementemente, apoio a Boulos. Por muito menos, há candidato que perderam a chance de concorrer às eleições deste ano. Vamos acompanhar o desenrolar dos fatos.

» História de Brasília

Talha logo, perde. Mas crianças do “Gavião” não precisam tomar leite. Um frigorífico não é para ser usado no “Gavião”. E fica o bairro sem leite, depois das nove horas.

(Publicada em 10/3/1962)